

ROMPIMENTO DE BARRAGENS – MARIANA/MG

IMPORTANTE SABER - CUIDADOS COM A SAÚDE

Municípios de interesse:

- **Minas Gerais:** Mariana, Ponte Nova, Santa Cruz do Escalvado, Barra Longa, Nova Era, Antônio Dias, Coronel Fabriciano, Timóteo, Ipatinga, Governador Valadares, Belo Oriente, Periquito, Naque, Ipaba, Ipatinga, Tumiritinga, Resplendor, Galileia, Conselheiro Pena e Aimorés.
- **Espírito Santo:** Baixo Guandu, Colatina e Linhares.

1. Orientações gerais à população

Cuidado! O contato com a lama pode ser prejudicial a sua saúde.

- a) Evitar o contato com a lama;
- b) Não consumir alimentos que tenham tido contato com a lama;
- c) Evitar contato com a água do corpo hídrico atingido pela lama tanto para consumo ou para recreação.
- d) Se você perdeu medicamentos de uso contínuo (hipertensão, diabetes, etc), procure uma unidade de saúde.
- e) Atenção para as orientações da Defesa Civil, elas salvam vidas.

Caso se sinta doente, procure a unidade de saúde e informe se teve contato direto ou indireto com a lama.

2. Orientações aos serviços de saúde

O rompimento da barragem é um evento súbito com alto potencial de destruição, de causar traumas e óbitos. Entretanto, além do atendimento imediato é necessário observar o perfil das queixas, sinais e sintomas que se apresentarão ao longo do tempo nos serviços de saúde para possibilitar o diagnóstico e tratamento oportunos.

Nesse contexto, também é necessário aumentar a atenção com as ações de atenção e vigilância em saúde para ampliar a sensibilidade dos serviços de saúde para identificar possíveis surtos de doenças e agravos e com isso promover medidas oportunas de controle.

Atenção prioritária aos grupos populacionais mais vulneráveis, desabrigados, desalojados, com atuação integrada de Vigilância e Assistência à Saúde, sobretudo nos abrigos.

As tratativas alusivas aos eventos devem seguir o fluxo de comunicação institucional do setor saúde: Secretaria Municipal de Saúde >> Unidade Regional de Saúde de jurisdição >> Unidade Central da Secretaria de Estado de Saúde >> Ministério da Saúde. Algumas orientações básicas são pontuadas a seguir.

2.1. Assistência à Saúde

2.1.1. Orientações aos profissionais de saúde

- a) Atenção aos relatos de sintomas nos atendimentos observando e registrando se o paciente teve contato direto ou indireto com a lama;
- b) Notificar a identificação de sinais e sintomas fora dos padrões e perfil esperado anterior à exposição à lama para atuação integrada com vigilância em saúde no controle e prevenção de novas ocorrências.
- c) Atenção à alteração no comportamento de atendimentos da população que procuram as unidades de saúde quanto ao aparecimento de sinais e sintomas compatíveis com: doenças diarreicas agudas, hepatite A, tétano, acidentes com animais peçonhentos, leptospirose e outras doenças e agravos que possam ser associadas ao contato com a lama.
- d) Consultar sobre protocolos disponíveis sobre doenças e agravos de interesse à saúde pública, junto à coordenação de assistência e vigilância em saúde.

Em Minas Gerais, o Centro de Informações e Assistência Toxicológica (CIAT BH) localiza-se na Unidade de Toxicologia do Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, e fornece orientações aos profissionais de saúde sobre os procedimentos em caso de intoxicação e acidentes por animais peçonhentos nos telefones (31) 3224-4000, 3239-9224 e 0800-722-6001. Informar se houve exposição prévia à lama.

No Espírito Santo, o Centro de Atendimento Toxicológico do Espírito Santo (Toxcen), um Núcleo de Prevenção e Atenção às Intoxicações da Gerência Estratégica de Vigilância em Saúde (GEVS) da Secretaria Estadual de Saúde, localiza-se nas dependências do Hospital Infantil N^a S^a da Glória, em Vitória.

Centro de Controle de Intoxicações do Espírito Santo – TOXCEN

Endereço: Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória - Alameda Mary Ubirajara, 205 - Santa Lúcia - Vitória –ES CEP 29056030

Telefone/fax: (27) 3636-7575

Telefone/fax: (27) 3636-7503

Atendimento 24horas: 0800 283 99 04

E-mail: toxcen@saude.es.gov.br

Os Centros de Informação Toxicológicas tem por objetivo oferecer recomendações/informações a profissionais de saúde e população em geral quanto ao atendimento, diagnóstico e tratamento de agravos toxicológicos para o ser humano, animal e meio ambiente, provocados por quaisquer substâncias (medicamentos, agrotóxicos, plantas, produtos de uso doméstico e produtos químicos industriais, metais), além de mordeduras por animais peçonhentos.

2.1.2 Orientações para os registros e prontuários

- a) Atenção quanto ao registro adequado nos prontuários de atendimento de pessoas que tiveram contato direto ou indireto com a lama;

2.1.3 Atenção Psicossocial para a população da área atingida

- a) Importante avaliar a necessidade de atendimento para transtornos pós-trauma da população das áreas atingidas.
- b) Avaliar a população desabrigada e desalojada.
- c) Avaliar se há pacientes que estavam em tratamento ou faziam uso de medicamentos controlados para reposição da receita e medicação.
- d) Acompanhar os profissionais que respondem à ocorrência.

2.2 Vigilância em Saúde

As ações de vigilância em saúde são essenciais para reduzir o risco à saúde da população exposta à situação que se iniciou com o rompimento da barragem de contenção localizada Mariana/MG, mas que atingirá diversos municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. Por isso, é necessário ampliar as ações de vigilância e monitoramento da situação, com ênfase para a vigilância da qualidade da água para consumo humano e para a atenção para doenças e agravos que podem ser decorrentes dessa ocorrência.

- ✓ No que se refere à Portaria MS 1.271/2014, sobre a lista de notificação compulsória de doenças, agravos e emergência em saúde pública, salientamos que se o município for atingido pela lama, deverá notificar a ocorrência de emergência ambiental:
- ✓ Em Minas Gerais: por meio do e-mail notifica.se@saude.mg.gov.br ou do endereço eletrônico www.saude.mg.gov.br, via FormSUS*Notificação de Surtos e Emergências em Saúde Pública* e proceder a investigação. O Centro de Informação Estratégica de Vigilância em Saúde coordena Os formulários ADAN-SUS são importantes instrumentos para coleta de informações (avaliação de danos e necessidades) de interesse à saúde pública e subsidiar a definição das ações prioritárias.
- ✓ No Espírito Santo: por meio do link http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=6057.

2.2.1. Vigilância da qualidade da água para consumo humano

- a) Monitorar a chegada da lama de rejeito ao município, com base na identificação do tempo previsto de deslocamento;
- b) Acionar os prestadores de serviço de abastecimento de água que captam água do Rio Doce, para ampliação do monitoramento da qualidade da água, especialmente do parâmetro turbidez, para informar a autoridade de saúde pública quando houver alteração que gera risco à saúde humana e demais providências cabíveis;

- c) Acompanhar o monitoramento realizado e medidas adotadas pelo controle;
- d) Realizar inspeção sanitária em caráter emergencial nas formas de abastecimento, sobretudo se houver suspensão de captação ou interrupção de fornecimento de água potável (em caráter preventivo ou corretivo);
- e) Articular com as demais áreas de vigilância em saúde para resposta integrada e oportuna;
- f) Participar do plano de ação emergencial do serviço de abastecimento, articular junto ao prestador do serviço a possibilidade de abastecimento complementar de água potável de municípios vizinhos, caso seja necessária a interrupção do abastecimento de água,
- g) Solicitar, junto ao responsável pelo serviço de abastecimento de água, a estimativa da população afetada, por localidade atingida, pelo fornecimento interrompido.
- h) Orientar para a identificação, inspecionar e monitorar soluções alternativas seguras para o fornecimento da água para consumo humano, se o abastecimento for interrompido ou a qualidade da água fornecida estiver comprometida;
- i) Priorizar o fornecimento de água potável nos estabelecimentos que atendem populações mais vulneráveis como abrigos, unidades de saúde, asilos, creches, escolas, entre outros.
- j) Orientar a população sobre a emergência ambiental, sobre o consumo racional de água potável e evitar consumo de fontes inseguras (em caso de interrupção do abastecimento), assim como solicitar a prestador o informe regular sobre a qualidade da água para consumo humano, orientações e medidas adotadas, até o retorno à normalidade.
- k) Se houver risco de utilização de solução alternativa de abastecimento de água sem tratamento pela população, disponibilizar solução de hipoclorito de sódio a 2,5% e orientar sobre o a sua correta utilização. Seguir o fluxo de comunicação institucional sobre o insumo e material informativo correspondentes;
- l) Se identificada a possível presença de substâncias químicas prejudiciais à saúde humana na lama do rejeito, solicitar ao prestador a realização de análise dessas substâncias na água antes da distribuição para a população e articular sobre o monitoramento de vigilância;
- m) Articular com a Atenção Primária (Estratégia Saúde da Família), Promoção da Saúde e Vigilância em Saúde, sobre a identificação, acompanhamento e orientação à população ribeirinha sobre os riscos do consumo de água diretamente dos mananciais atingidos pela lama do rejeito e considerar o fornecimento seguro de água;
- n) Apoiar na investigação de surtos de doenças e agravos com veiculação hídrica e comunicar ao responsável pelo abastecimento, quando houver tal ocorrência.

- o) Atualizar periodicamente o setor saúde, conforme fluxo de comunicação institucional, sobre a ocorrência de forma a subsidiar os desdobramentos sequenciais.

2.2.2 Doenças e Agravos

Diversas doenças e agravos podem surgir em situações de desastres. No caso do rompimento da barragem é importante ampliar a sensibilidade do serviço de saúde, tanto na atenção básica quanto da vigilância para identificar mudança no comportamento do atendimento de saúde e do registro de sinais e sintomas que possam ser relacionados com o contato direto ou indireto com a lama para intervenção oportuna na redução da morbimortalidade, considerando o controle dos fatores de risco, diagnóstico e tratamento precoce. Para isso é necessário:

- a) Aumentar a atenção com a possibilidade de aparecimento de doenças e agravos, principalmente de: doenças diarreicas agudas; hepatite A, leptospirose, tétano acidental, acidentes por animais peçonhentos, dermatites, doenças crônicas descompensadas e outras doenças transmitidas por vetores.

2.2.3. Vacinação

A vacinação não é uma prática comum em situações de desastres. No entanto, algumas medidas podem ser necessárias, dependendo da situação da área atingida.

- a) Avaliar a cobertura vacinal do município;
- b) Avaliar a necessidade de ação de bloqueio vacinal, conforme perfil do evento e avaliação local.

2.2.4. Saúde do Trabalhador (dos profissionais ligados a barragem, resposta ao desastre e recuperação do cenário)

- a) Registro por área de competência (controle dos expostos ou potencialmente expostos)
- b) Orientações de prevenção de acidentes, doenças e agravos decorrentes da exposição ocupacional
- c) EPI, exames periódicos
- d) Cartão de vacina em dia
- e) Monitorar assistência psicológica e vigilância dos processos e ambientes de trabalho
- f) CAT e notificação, monitoramento de doenças e agravos (mutilação, acidente fatal, etc)